

# Termo de Referência 63/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
63/2023	154054-FUNDACAO UNIVERS. FEDERAL/MS	KARINA ELIZABETH QUEIROZ MARQUES	16/11/2023 11:04 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Serviços		23104.020109/2023-03

## 1. AQUISIÇÃO DE MAT ELETROELETRÔNICO PT III

### EMBASAMENTO LEGAL:

O presente modelo de Termo de Referência se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas previsto na *Lei n.º 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto n.º 11.462/2023 e pela Instrução Normativa (IN) n.º 73/2022*, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

As aquisições devem ser planejadas em todos os aspectos para que as demandas da Administração Pública sejam atendidas adequadamente e no tempo oportuno.

Observadas principalmente, no que couber e se aplicar: Lei nº 14.133/2021, Art. 2º, inciso II, Art. 5º, Art. 6º, Incisos X, XV, Art. 40, 41, 42, 43 e 44. At. 78, inciso IV, Artigos 82 a 85; Decreto nº 11.462/2023; Decreto nº 8.538, de 2015; Decreto nº 7.746, de 2012; Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022; Instrução Normativa Seges/ME n. 65, de 2021; Instrução Normativa 98 de 26/12/2022, IN 05/2017; e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU – 5ª Edição.

## 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Aquisição de material de consumo eletro eletrônico em geral- parte I para atendimento a diversas unidades e laboratórios da UFMS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	443.330	ACESSÓRIOS PARA ESTUDO /TREINAMENTO, TIPO KIT PROTOTIPAGEM, APRESENTAÇÃO CABO FLAT: 40 VIAS FÊMEA/FÊMEA, ADAPTADOR PARA PR O, APLICAÇÃO RASPBERRY PI3, PI2 E B+	Cabo E/S para Raspberry Pi B+. Cabo plano de 40 vias com conectores de 2x20 se encaixa perfeitamente no conector GPIO do Raspberry Pi B+ para permitir a conexão com periféricos de baixo nível. Dimensões: 15cm de comprimento	UN	12	R\$ 15,63	R\$ 187,56
			PLACA RASPBERRY PI MODEL B+ BOARD SoC Broadcom BCM2835				

2	427.776	CIRCUITO INTEGRADO, APLICAÇÃO MONTAGEM CIRCUITO ELETRÔNICO, TIPO MICROCONTROLADOR, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 5 V, REFERÊNCIA 3 RASPBERRY PI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CPU com núcleo ARM1176JZF-S de 700MHz</li> <li>- GPU Broadcom VideoCore IV</li> <li>- 512MB RAM</li> <li>- Saída de vídeo via Composite (PAL e NTSC), HDMI ou Raw LCD (DSI)</li> <li>- Saída de áudio via conector de 3,5mm ou Audio sobre HDMI</li> <li>- Armazenamento: MicroSD</li> <li>- Ethernet 10/100 (RJ45)</li> <li>- Dimensões: 85 x 56 x 17mm</li> <li>- Supports Debian GNU/Linux, Fedora, Arch Linux, RISC OS e mais!</li> <li>- Dois reguladores de tensão (step-down) para 3,3V e 1,8V</li> <li>- Tensão de 5V com proteção de polaridade e fusível de 2A</li> <li>- Novo chip controlador USB/Ethernet</li> <li>- 4 portas USB em vez de 2 portas</li> <li>- 40 GPIO em vez de 26. As primeiras 26 portas condizem com as originais</li> <li>- MicroSD card em vez dos SD cards maiores</li> <li>- 4 furos de fixação</li> <li>- Conectores melhores dispostos</li> </ul> <p>Periféricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 27 x GPIO</li> <li>- UART</li> <li>- I2C bus</li> <li>- SPI bus com 2 chip selects</li> <li>- +3.3V</li> <li>- +5V</li> <li>- GND</li> </ul>	UN	12	R\$ 618,26	R\$ 7.419,12
3	349.146	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 3, TIPO REGULADOR TENSÃO, ENCAPSULAMENTO TO-220, REFERÊNCIA 2 LM 7805		UN	55	R\$ 1,79	R\$ 98,45
4	349.148	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 3, TIPO REGULADOR TENSÃO, ENCAPSULAMENTO TO-220, REFERÊNCIA 2 LM 7812		UN	55	R\$ 1,59	R\$ 87,45
5	354.429	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 3, TIPO REGULADOR TENSÃO, ENCAPSULAMENTO TO-220, REFERÊNCIA 2 LM7818		UN	55	R\$ 2,40	R\$ 132,00
6	354.424	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 3, TIPO REGULADOR TENSÃO, ENCAPSULAMENTO TO-220, REFERÊNCIA 2 LM7909		UN	55	R\$ 2,30	R\$ 126,50
7	354.426	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 3, TIPO REGULADOR TENSÃO, ENCAPSULAMENTO TO-220, REFERÊNCIA 2 LM7912		UN	55	R\$ 2,52	R\$ 138,60
8	354.427	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 3, TIPO REGULADOR TENSÃO,		UN	55	R\$ 2,04	R\$ 112,20

		ENCAPSULAMENTO TO-220, REFERÊNCIA 2 LM7918					
9	401.087	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 3, TIPO REGULADOR TENSÃO, ENCAPSULAMENTO TO-220, REFERÊNCIA 3 LM7815		UN	55	R\$ 1,85	R\$ 101,75
10	401.086	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 3, TIPO REGULADOR TENSÃO, ENCAPSULAMENTO TO-220, REFERÊNCIA 3 LM7915		UN	55	R\$ 1,86	R\$ 102,30
11	318.715	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 8, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, REFERÊNCIA 1 LM741CH		UN	25	R\$ 17,74	R\$ 443,50
12	461.354	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 8, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, TIPO MULTIPLICADOR ANALÓGICO, ENCAPSULAMENTO DIP, REFERÊNCIA 3 AD633	Circuito Integrado DG211	UN	10	R\$ 18,19	R\$ 181,90
13	286.100	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 8/DIP UN, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, REFERÊNCIA 1 INA128PA		UN	10	R\$ 27,97	R\$ 279,70
14	401.082	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 8, ENCAPSULAMENTO DIP, REFERÊNCIA 3 OPA2277P (TEXAS INSTRUMENTS)	REFERÊNCIA 3 OPA177GP (TEXAS INSTRUMENTS).	UN	25	R\$ 3,23	R\$ 80,75
15	349.252	CIRCUITO INTEGRADO, QUANTIDADE PINOS 8, TIPO AMPLIFICADOR OPERACIONAL, ENCAPSULAMENTO DIP, REFERÊNCIA 2 LM741		UN	12	R\$ 1,98	R\$ 23,76
16	336.913	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA 2 CD 4081		UN	25	R\$ 2,04	R\$ 51,00
17	352.753	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA 2 CD4093		UN	25	R\$ 1,94	R\$ 48,50
18	349.463	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA 2 PIC 16F685 I/P		UN	25	R\$ 37,03	R\$ 925,75
19	248.212	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA 7400, QUANTIDADE PINOS 14, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	90	R\$ 4,82	R\$ 433,80
20	248.213	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA 7404, QUANTIDADE PINOS 14, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	90	R\$ 1,70	R\$ 153,00
21	248.214	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA 7432, QUANTIDADE PINOS 14, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	90	R\$ 2,70	R\$ 243,00
		CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA CD4001, QUANTIDADE PINOS 14, ENCAPSULAMENTO DIP ,					

22	411.271	TECNOLOGIA CMOS (COMPLEMENTARY METAL OXIDE SILICON), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 4 PORTAS LÓGICAS NOR		UN	35	R\$ 2,17	R\$ 75,95
23	260.768	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA CD40106BE, APLICAÇÃO ELETROELETRÔNICO		UN	35	R\$ 1,99	R\$ 69,65
24	349.254	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LF 351, QUANTIDADE PINOS 8, TIPO AMPLIFICADOR OPERACIONAL JFET, ENCAPSULAMENTO DIP		UN	35	R\$ 6,98	R\$ 244,30
25	248.208	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LM 317, QUANTIDADE PINOS 3, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	35	R\$ 2,77	R\$ 96,95
26	260.773	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LM324N, APLICAÇÃO ELETROELETRÔNICO		UN	60	R\$ 1,87	R\$ 112,20
27	257.553	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LM 358, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	60	R\$ 1,12	R\$ 67,20
28	248.205	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LM 555, QUANTIDADE PINOS 8, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	60	R\$ 1,20	R\$ 72,00
29	268.775	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LM7805, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CORRENTE NOMINAL 1,5 A		UN	35	R\$ 1,63	R\$ 57,05
30	260.776	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LM78L12, APLICAÇÃO ELETROELETRÔNICO		UN	35	R\$ 0,44	R\$ 15,40
31	265.715	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LM7905, APLICAÇÃO ELETROELETRÔNICO		UN	35	R\$ 1,62	R\$ 56,70
32	268.776	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA LM7905, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CORRENTE NOMINAL 1,5 A		UN	35	R\$ 1,54	R\$ 53,90
33	264.111	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA NE555N, QUANTIDADE PINOS 8 UN, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	12	R\$ 2,18	R\$ 26,16
34	260.780	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA NE556N, APLICAÇÃO ELETROELETRÔNICO		UN	17	R\$ 2,31	R\$ 39,27
35	257.244	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA TIL 111 (OPTOACOPLADOR), QUANTIDADE PINOS 8, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	35	R\$ 1,83	R\$ 64,05
		CIRCUITO INTEGRADO,					

36	244.437	REFERÊNCIA TL494CN, QUANTIDADE PINOS 16, APLICAÇÃO FONTE ALIMENTAÇÃO		UN	17	R\$ 4,79	R\$ 81,43
37	257.230	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA TTL 7402, QUANTIDADE PINOS 14, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	65	R\$ 1,50	R\$ 97,50
38	257.229	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA TTL 7408, QUANTIDADE PINOS 14, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	35	R\$ 2,93	R\$ 102,55
39	257.557	CIRCUITO INTEGRADO, REFERÊNCIA UC3844N, QUANTIDADE PINOS 8, APLICAÇÃO ELETRÔNICA		UN	35	R\$ 2,61	R\$ 91,35
40	393.750	CIRCUITO INTEGRADO, TIPO REGULADOR TENSÃO, TENSÃO SAÍDA-5 V, ENCAPSULAMENTO TO 220, REFERÊNCIA 2 7905		UN	12	R\$ 1,34	R\$ 16,08
41	379.868	COMPONENTE ELETRÔNICO - DISPLAY 7 SEGMENTOS, MODELO CATODO COMUM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA DIGITAL, LÓGICA SEQUÊNCIAL	Display de Led cor Azul Catodo HS- 5101AB	UN	16	R\$ 3,96	R\$ 63,36
42	384.415	CONCENTRADOR, SISTEMA CONEXÃO CABO USB 2.0, QUANTIDADE CONEXÃO ENTRADA 7 UN, QUANTIDADE CONEXÃO SAÍDA 7 UN, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMPATÍVEL COM WINDOWS XP, DRIVES CABOS		UN	9	R\$ 30,06	R\$ 270,54
43	465.998	CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO, TIPO HDMI X VGA-FÊMEA, PADRÃO HDMI/VGA, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Conversor VGA para HDMI com saída de áudio. Tamanho 20x10cm, complete o sinal HDMI convertidos para saída VGA sinal digital, suporte para conversão de sinal analógico, apoio 1.0 / 1.1 / 1.2 HDCP, instalação rápida, built-in chip de conversão, suporte hot plug, formato de entrada de vídeo HDMI: 480i / 576i/ 480p / 576p / 720p / 1080i / 1080p, com a interface de saída de áudio e link de áudio, suporte para saída de áudio, pode ser aplicado para as set- top boxes de rede, como há produtos de interface de áudio.	UN	40	R\$ 34,65	R\$ 1.386,00
44	399.754	CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO, TIPO JACK J4 DC-002, APLICAÇÃO FONTE DE ALIMENTAÇÃO	Conector de Fonte de Alimentação JACK J4 DC-002	UN	125	R\$ 0,70	R\$ 87,50
45	327.214	CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO, TIPO P2 STÉREO MACHO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL METÁLICO PROFISSIONAL C/ MOLAS E BANHADO À OURO		UN	30	R\$ 3,89	R\$ 116,70

46	428.038	CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO, TIPO P4 FÊMEA, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Plug P4, 2,1x5,5x10mm Com Rabicho. Diâmetro interno do furo.....: 2,1 mm (deve ser igual ao pino do jack) Diâmetro externo do pino do plug: 5,5mm Comprimento do pino.....: 10mm Obs: Com rabicho (alongamento do conector para proteger o fio de quebrar)	UN	119	R\$ 1,71	R\$ 203,49
47	439.334	CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO, TIPO VGA DB15 FÊMEA, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	Cabo 28AWG VGA(macho)/ VGA(macho) com blindagem e pontas metálicas - 8 metros.	UN	15	R\$ 249,59	R\$ 3.743,85
48	400.012	CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO, TIPO XLR-3 MACHO, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MONTAGEM CHASSI, MATERIAL ESTRUTURA METÁLICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM 3 PINOS DE FIXAÇÃO		UN	45	R\$ 8,36	R\$ 376,20
49	432.009	CONECTOR ÁUDIO-VÍDEO, TIPO XLR FÊMEA, MONTAGEM CHASSI, MATERIAL ESTRUTURA METÁLICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRAVA MECÂNICA		UN	35	R\$ 13,08	R\$ 457,80
50	409.632	CONECTOR ELÉTRICO, QUANTIDADE BORNE 1 A 12, COR PRETA, TRATAMENTO SUPERFICIAL BAQUELITE, CORRENTE NOMINAL 60 A, TENSÃO NOMINAL 600 V, TIPO CONSTRUTIVO EXPANSÃO, REFERÊNCIA FABRICANTE SINDAL 512, CARACTERÍSTICA CONDUTOR FIO ATÉ	ATE 12 MM2.	UN	115	R\$ 50,42	R\$ 5.798,30
51	409.632	CONECTOR ELÉTRICO, QUANTIDADE BORNE 1 A 12, COR PRETA, TRATAMENTO SUPERFICIAL BAQUELITE, CORRENTE NOMINAL 60 A, TENSÃO NOMINAL 600 V, TIPO CONSTRUTIVO EXPANSÃO, REFERÊNCIA FABRICANTE SINDAL 512, CARACTERÍSTICA CONDUTOR FIO ATÉ	fio até 16mm2	UN	115	R\$ 50,42	R\$ 5.798,30
52	352.818	CONECTOR, MATERIAL BAQUELITE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BARRA SINDAL P /CABO DE 4 MM	ATE 4MM2.	UN	125	R\$ 14,07	R\$ 1.758,75
53	275.770	CONECTOR, MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL, TIPO SINDAL, BITOLA FIO 2,5 MM2, NÚMERO CONECTORES 12 UN		UN	125	R\$ 10,30	R\$ 1.287,50
		CONECTOR, MATERIAL POLIETILENO, TIPO SINDAL,					

54	338.798	BITOLA FIO 10 MM, NÚMERO CONECTORES 12, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BARRA SINDAL P /FIO DE 10 MM	ATE 10 MM2.	UN	17	R\$ 10,97	R\$ 186,49
55	441.198	CONVERSOR IMPEDÂNCIA, TIPO DIRECT BOX PASSIVO PROFISSIONAL, TIPO CONEXÃO ENTRADA JACK TRS 1/4" DESBALANCEADA, TIPO CONEXÃO SAÍDA XLR BALANCEADO, IMPEDÂNCIA ENTRADA 20 KOHM, IMPEDÂNCIA SAÍDA 400 OHMS		UN	25	R\$ 181,84	R\$ 4.546,00
56	479.053	CONVERSOR IMPEDÂNCIA, TIPO DIRECT BOX, TIPO OPERAÇÃO SEM FONTE DE ALIMENTAÇÃO, DIMENSÕES 130 X 150 X 60 MM, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 9 V, TIPO CONEXÃO ENTRADA 2 X 1/4" TRS, TIPO CONEXÃO SAÍDA XLR BALANCEADO, RESPOSTA FREQUÊNCIA 10-70000 HZ		UN	12	R\$ 421,57	R\$ 5.058,84
57	399.501	CRISTAL QUARTZO, APLICAÇÃO OSCILADOR, INVÓLUCRO METÁLICO, FREQUÊNCIA NOMINAL 10 MHZ	Cristal Oscilador 12 Mhz ( 12.000 kHz )	UN	35	R\$ 0,89	R\$ 31,15
58	424.139	CRISTAL QUARTZO, TIPO OSCILADOR, ENCAPSULAMENTO HC49	Cristal Oscilador 16MHz Meia Caneca HC49S	UN	35	R\$ 1,04	R\$ 36,40
59	326.324	DECAPADOR, MATERIAL METAL REVESTIDO PLÁSTICO, COMPRIMENTO 11 CM, APLICAÇÃO CABO PAR TRANÇADO, COMPONENTES LÂMINA CORTE FIO/DUPLA LÂMINA DECAPAGEM E CORTE , TIPO CABO UTP E STP, CATEGORIA 5E, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HT 501/		UN	26	R\$ 29,86	R\$ 776,36
60	452.869	DIODO EMISSOR LUZ, COR AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FOCO DIFUSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3, TENSÃO MÁXIMA 2,1 V, DIÂMETRO NOMINAL 3 MM, CORRENTE NOMINAL 20 MA		UN	170	R\$ 0,18	R\$ 30,60
61	452.867	DIODO EMISSOR LUZ, COR AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FOCO DIFUSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3, TENSÃO MÁXIMA 2,1 V, DIÂMETRO NOMINAL 3 MM, CORRENTE NOMINAL 20 MA		UN	170	R\$ 0,26	R\$ 44,20
		DIODO EMISSOR LUZ, COR					

62	452.868	VERDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FOCO DIFUSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3, TENSÃO MÁXIMA 2,1 V, DIÂMETRO NOMINAL 3 MM, CORRENTE NOMINAL 20 MA		UN	170	R\$ 0,16	R\$ 27,20
63	452.870	DIODO EMISSOR LUZ, COR VERMELHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FOCO DIFUSO, QUANTIDADE TERMINAIS 3, TENSÃO MÁXIMA 2,1 V, DIÂMETRO NOMINAL 3 MM, CORRENTE NOMINAL 20 MA		UN	170	R\$ 0,15	R\$ 25,50
64	422.685	DIODO EMISSOR LUZ, DIÂMETRO NOMINAL 5 MM	LED, cor Amarelo, aplicação eletrônica, tensão máxima 3,5, diâmetro nominal 5mm, invólucro transparente.	UN	270	R\$ 0,25	R\$ 67,50
65	422.685	DIODO EMISSOR LUZ, DIÂMETRO NOMINAL 5 MM	LED, cor Azul, aplicação eletrônica, tensão máxima 3,5, diâmetro nominal 5mm, invólucro transparente.	UN	275	R\$ 0,31	R\$ 85,25
66	422.685	DIODO EMISSOR LUZ, DIÂMETRO NOMINAL 5 MM	LED, cor Verde, aplicação eletrônica, tensão máxima 3,5, diâmetro nominal 5mm, invólucro transparente.	UN	275	R\$ 0,25	R\$ 68,75
67	422.685	DIODO EMISSOR LUZ, DIÂMETRO NOMINAL 5 MM	LED, cor Vermelho, aplicação eletrônica, tensão máxima 3,5, diâmetro nominal 5mm, invólucro transparente.	UN	275	R\$ 0,27	R\$ 74,25
68	348.900	DIODO EMISSOR LUZ INFRAVERMELHA, MODELO DB3, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VBO:32VOLTS, ITRM:2A, ENCAPSULAMENTO DO-35	LED IR Infravermelho 10mm - Comprimento de onda: 850nm	UN	75	R\$ 4,58	R\$ 343,50
69	301.005	DIODO EMISSOR LUZ INFRAVERMELHA, TIPO FOTO, MODELO TIL31		UN	65	R\$ 1,21	R\$ 78,65
70	422.686	DIODO EMISSOR LUZ INFRAVERMELHA, TIPO HSD, MODELO 1N914, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENCAPSULAMENTO DO-35, TENSÃO MÁXIMA 75 V		UN	12	R\$ 1,05	R\$ 12,60
71	301.002	DIODO EMISSOR LUZ INFRAVERMELHA, TIPO RÁPIDO, MODELO BYV26C		UN	12	R\$ 1,44	R\$ 17,28
72	387.053	DIODO EMISSOR LUZ INFRAVERMELHA, TIPO RÁPIDO, MODELO MUR 120, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETIFICADOR		UN	12	R\$ 0,83	R\$ 9,96
73	387.056	DIODO EMISSOR LUZ INFRAVERMELHA, TIPO RÁPIDO, MODELO MUR 460, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RETIFICADOR		UN	12	R\$ 1,19	R\$ 14,28
74	399.504	DIODO EMISSOR LUZ INFRAVERMELHA, TIPO SCHOTTKY, MODELO BAT43, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EM PADRÃO DO-35		UN	12	R\$ 0,96	R\$ 11,52



75	268.883	DIODO RETIFICADOR, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO 1N 4003, TENSÃO VDC 1000 V, POTÊNCIA 2 W, APLICAÇÃO RETIFICAÇÃO DE SINAL		UN	35	R\$ 0,27	R\$ 9,45
76	268.884	DIODO RETIFICADOR, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO 1N 4004, TENSÃO VDC 1000 V, POTÊNCIA 2 W, APLICAÇÃO RETIFICAÇÃO DE SINAL		UN	85	R\$ 0,14	R\$ 11,90
77	257.568	DIODO RETIFICADOR, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO 1N 4007, TENSÃO VDC 1000 V, POTÊNCIA 02 W, APLICAÇÃO RETIFICAÇÃO DE SINAL		UN	200	R\$ 0,24	R\$ 48,00
78	292.282	DIODO RETIFICADOR, MATERIAL SILÍCIO, TIPO 1N 4148, TENSÃO VDC 75 V, APLICAÇÃO RETIFICAÇÃO DE SINAL	Diodo retificador, material silício, tipo 1n 4148, tensão vdc 75, aplicação retificação de sinal	UN	35	R\$ 0,16	R\$ 5,60
79	387.051	DIODO RETIFICADOR, TIPO 1N 4007, APLICAÇÃO MONTAGEM DE CIRCUITOS ELETRONICOS		UN	300	R\$ 0,18	R\$ 54,00
80	215.762	DIODO ZENER, TENSÃO NOMINAL 6,80 V, TOLERÂNCIA-5 A 5 PER, POTÊNCIA MÁXIMA 0,40 WATT, INVÓLUCRO A 398A	Chave Optica TP850	UN	35	R\$ 4,39	R\$ 153,65
81	215.762	DIODO ZENER, TENSÃO NOMINAL 6,80 V, TOLERÂNCIA-5 A 5 PER, POTÊNCIA MÁXIMA 0,40 WATT, INVÓLUCRO A 398A	Diodo Zener 1W 1N4729 - 3,6V	UN	35	R\$ 0,23	R\$ 8,05
82	215.762	DIODO ZENER, TENSÃO NOMINAL 6,80 V, TOLERÂNCIA-5 A 5 PER, POTÊNCIA MÁXIMA 0,40 WATT, INVÓLUCRO A 398A	Diodo Zener 1W 1N4732 - 4,7V	UN	35	R\$ 0,24	R\$ 8,40
83	215.762	DIODO ZENER, TENSÃO NOMINAL 6,80 V, TOLERÂNCIA-5 A 5 PER, POTÊNCIA MÁXIMA 0,40 WATT, INVÓLUCRO A 398A	Diodo Zener 1W 1N4735 - 6,2V	UN	35	R\$ 0,24	R\$ 8,40
84	215.762	DIODO ZENER, TENSÃO NOMINAL 6,80 V, TOLERÂNCIA-5 A 5 PER, POTÊNCIA MÁXIMA 0,40 WATT, INVÓLUCRO A 398A	Diodo Zener 1W 1N4736 - 6,8V	UN	35	R\$ 0,21	R\$ 7,35
85	215.762	DIODO ZENER, TENSÃO NOMINAL 6,80 V, TOLERÂNCIA-5 A 5 PER, POTÊNCIA MÁXIMA 0,40 WATT, INVÓLUCRO A 398A	Diodo Zener 5V1 5W 1N5338	UN	35	R\$ 2,16	R\$ 75,60
86	215.762	DIODO ZENER, TENSÃO NOMINAL 6,80 V, TOLERÂNCIA-5 A 5 PER, POTÊNCIA MÁXIMA 0,40 WATT, INVÓLUCRO A 398A	Diodo Zener 5W 1N5346 - 9,1V	UN	35	R\$ 1,32	R\$ 46,20
		DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, FUNCIONAMENTO					

87	323.671	TERMOMAGNÉTICO, NÚMERO PÓLOS 3, CORRENTE NOMINAL 50 A, CAPACIDADE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 6 KA, TIPO MINI, TENSÃO NOMINAL 220/380 V, REFERÊNCIA SIEMENS, CURVA DE DISPARO C		UN	6	R\$ 65,14	R\$ 390,84
88	319.131	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, NÚMERO PÓLOS 1, CORRENTE NOMINAL 10 A, TIPO MINI, TENSÃO NOMINAL 127/220 V		UN	6	R\$ 11,07	R\$ 66,42
89	319.130	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO, NÚMERO PÓLOS 1, CORRENTE NOMINAL 16 A, TIPO MINI, TENSÃO NOMINAL 127/220 V		UN	6	R\$ 7,19	R\$ 43,14
90	353.782	DISPLAY TIPO LCD, APLICAÇÃO COMPUTADOR NOTEBOOK, TIPO LCD, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA NOTEBOOK, TAMANHO DE 15,4 POLEGADAS.	Display LCD 20x2 c/ Back Azul MGD2002D-NSW.	UN	30	R\$ 116,07	R\$ 3.482,10
91	353.782	DISPLAY TIPO LCD, APLICAÇÃO COMPUTADOR NOTEBOOK, TIPO LCD, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA NOTEBOOK, TAMANHO DE 15,4 POLEGADAS.	Display LCD 20x4 Tela Azul Com Interface IIC/I2C Para Arduino. Tensão de alimentação: 5V - Interface: I2C - I2C Endereço: 0x27 - Definição Pin: GND, VCC, SDA, SCL - Contraste ajustar: potenciômetro - Formato de exibição: 20 Caracteres x 4 linhas - Texto branco, luz de fundo azul - Tamanho: 9.8x6x1.2mm.	UN	90	R\$ 77,26	R\$ 6.953,40
92	399.551	DISTRIBUIDOR SINAL, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 5 V, CONECTOR ENTRADA 1 HDMI, CONECTOR SAÍDA 4 HDMI, RESOLUÇÃO 480I 480P 576I 576P 720P 1080I 1080P, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTE HDCP 1.2 1.3/SUPORTE CABO HDMI COM 15 MET R, APLICAÇÃO		UN	10	R\$ 92,71	R\$ 927,10
93	219.477	ESTAÇÃO SOLDA, TIPO CORRENTE ALTERNADA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110 V, FORMATO PONTA REDONDO CHANFRADO, TIPO PONTA REMOVÍVEL, CONTROLE CALOR INCLUÍDO, CONTROLE TERMOSTÁTICO INCLUÍDO, TEMPERATURA MÁXIMA 400 C, VALOR RESISTÊNCIA		UN	18	R\$ 180,82	R\$ 3.254,76
		EXTENSÃO ELÉTRICA, COMPRIMENTO 10 M, ACESSÓRIOS 4 TOMADAS, CARACTERÍSTICAS				R\$	R\$

94	379.117	ADICIONAIS COM PROTETOR E ADAPTADOR COM BORNE PARA ALTERNADO R, TENSÃO NOMINAL 127 V		UN	70	63,52	4.446,40
95	345.983	EXTENSÃO ELÉTRICA, COMPRIMENTO 5 M, SEÇÃO NOMINAL 1,5 MM2, ACESSÓRIOS 4 TOMADAS FÊMEAS, NÚMERO PÓLOS 2P + T		UN	124	R\$ 48,18	R\$ 5.974,32
96	328.781	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO CABO PP PLANO, COMPRIMENTO 50 M, TENSÃO 250 V, CORRENTE 10 A, ACESSÓRIOS 5 TOMADAS FÊMEAS E PLUGUE TERRA, NÚMERO PÓLOS 2P + T, FORMAÇÃO DO CABO 3 X 2,5 MM2	Com 3 tomadas ou mais.	UN	20	R\$ 214,38	R\$ 4.287,60
97	311.615	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO CABO PP PLANO, COMPRIMENTO 5 M, COMPONENTES 3 TOMADAS FÊMEA PARA DOIS PINOS REDONDOS, SEÇÃO NOMINAL 0,75 MM2		UN	50	R\$ 27,65	R\$ 1.382,50
98	407.481	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO FLEXÍVEL, COMPRIMENTO 30 M, COMPONENTES 3 TOMADAS FÊMEAS E PLUGUE TERRA, TENSÃO NOMINAL 250 V, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136, CORRENTE NOMINAL 10 A	Extensão cabo PP 2x1,5mm 30m de comprimento com 3 tomadas 20A, fio cabo PP	UN	27	R\$ 213,56	R\$ 5.766,12
99	365.004	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO PP, COMPRIMENTO 2 M, NÚMERO PÓLOS 2P + T, FORMAÇÃO DO CABO 3 X 1,5 MM2, COR PRETO, TENSÃO NOMINAL 750 V, APLICAÇÃO COMPUTADOR, TEMPERATURA OPERAÇÃO 70 , FORMATO CONTATO 3 PINOS CILÍNDRICOS EM 180 , NORMAS		UN	25	R\$ 27,97	R\$ 699,25
100	395.392	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO SIMPLES, COMPRIMENTO 20 M, ACESSÓRIOS 3 ENTRADAS		UN	30	R\$ 90,49	R\$ 2.714,70
101	372.148	FERRO DE SOLDAR, POTÊNCIA 100 W, TENSÃO 127 V, APLICAÇÃO INDUSTRIAL, FORMATO PONTA METALIZADA, MATERIAL PONTA ESTANHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTÊNCIA CONVENCIONAL		UN	3	R\$ 58,81	R\$ 176,43
		FERRO DE SOLDAR, POTÊNCIA 40 W, TENSÃO 127 V, APLICAÇÃO INDUSTRIAL, FORMATO PONTA RETA,				R\$	

102	372.084	MATERIAL PONTA ESTANHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTÊNCIA CONVENCIONAL		UN	7	35,81	R\$ 250,67
103	231.179	FILTRO LINHA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220 V, POTÊNCIA MÁXIMA 1.100/2.200 W, CORRENTE MÁXIMA 10 A, QUANTIDADE SAÍDA 6 TOMADAS COM 3 PINOS TIPO FÊMEA COM ATERRAMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA E VOLTÍMETRO		UN	247	R\$ 20,49	R\$ 5.061,03
104	315.072	FILTRO LINHA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220 V, POTÊNCIA MÁXIMA 1270/2200 VA, QUANTIDADE SAÍDA 4 TOMADAS COM 3 PINOS TIPO FÊMEA COM ATERRAMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMPRIMENTO CABO DE FORÇA: MÍNIMO 1,3 M	20amperes	UN	167	R\$ 55,52	R\$ 9.271,84
105	367.598	FILTRO LINHA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO BIVOLT 110/220 V, CORRENTE MÁXIMA 10 A	FILTRO DE LINHA + DPS (Dispositivo de Proteção contra Surtos), Classe III (ABNT NBR IEC 61643-1) para proteção de equipamentos eletroeletrônicos conectados à rede elétrica. Filtro EMI/RFI para a atenuação de ruídos causados por interferência eletromagnética e de radiofrequência. Chave Microdisjuntor: desarma ao detectar sobrecargas. Varistores de alta capacidade com proteção térmica. Comprimento do cabo de entrada: 1,5 Metros. Tensão Bivolt: 127 V e 220 V. Garantia do fabricante de 03 anos.	UN	135	R\$ 67,05	R\$ 9.051,75
106	294.192	FIO ELETRICO, TIPO FLEXÍVEL/ CABINHO, BITOLA 10 MM2, COR PRETA, MATERIAL CONDUTOR COBRE, MATERIAL ISOLAMENTO PVC, TENSÃO 750 V		M	12	R\$ 9,45	R\$ 113,40
107	219.167	FIO SOLDA, MATERIAL NÚCLEO FLUXO, TEOR ESTANHO 63 PER, TEOR CHUMBO 37 PER, DIÂMETRO 1 MM, PRAZO VALIDADE 24 MESES, PERCENTUAL MATERIAL NÚCLEO 1,20 A 1,60 PER, NORMAS TÉCNICAS ASTM B 32/94		CRT 500.00 G	40	R\$ 130,90	R\$ 5.236,00
108	314.014	FIO SOLDA, MATERIAL NÚCLEO RESINA ATIVADA, TEOR ESTANHO 60 PER, TEOR CHUMBO 40 PER, DIÂMETRO 1,50 MM		CRT 500.00 G	6	R\$ 117,20	R\$ 703,20
		FIO SOLDA, MATERIAL NÚCLEO RESINA, TEOR					

109	219.169	ESTANHO 60 PER, TEOR CHUMBO 40 PER, DIÂMETRO 0,70 MM, PRAZO VALIDADE 24 MESES, PERCENTUAL MATERIAL NÚCLEO 2,20 A 2,60 PER, NORMAS TÉCNICAS ASTM B 32/94	CRT 500.00 G	35	R\$ 95,63	R\$ 3.347,05
TOTAL						R\$ 119.741,47

1.1 Os itens serão exclusivos para ME EPP.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar N.º 73/2023, e inciso XIII do Artigo 6º da Lei 14.133/2021: *aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

1.4 Deverá ser observada atentamente a unidade de cotação e a unidade de fornecimento, quando discriminadas na descrição complementar.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho, que substituirá o contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.6 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso – Artigo 22 – Decreto 11462/2023;

1.7 O prazo de vigência da contratação **(que será representada pela nota de empenho – conforme inciso II do Artigo 95 da Lei 14.133)** é de 30 dias contados da data de recebimento da nota de empenho, para entrega de forma única (na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 – Fornecimento não contínuo de bens) ou parcelada (enquadramento no inciso II do Art. 3º do Decreto 11462/2023).

1.8 Em caso de contrato decorrente da ata de registro de preços, o mesmo terá sua vigência estabelecida na forma prevista nos Arts. 35 e 36 do Decreto 11462/2023.

1.9 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.10 A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.11 O contrato, SERÁ substituído pela nota de empenho. Em caso de entregas parceladas ou aquisições com instalação, deverá ser enviado o anexo ao empenho. O detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação (entrega do objeto), discorrerá em cláusula específica deste Termo de Referência.

1.12 Em razão do catálogo eletrônico de padronização para compras (inciso II caput Artigo 19 da Lei 14.133/2023), que será utilizado conforme o Parágrafo 1º do Artigo 19 da Lei 14.133/2023 ainda não estar vigente, **todas as especificações são retiradas do código do novo catálogo CATMAT**, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração. As descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, acorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

1.13 **Justificativa para o parcelamento ou não do objeto:** conforme ETP DIGITAL XX/2023 (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022). As compras, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento. **No caso desta licitação, será seguida a regra do parcelamento, com lances por item.**

1.14 Em caso de haver órgãos participantes na IRP:

1.14.1 O número máximo de participantes, cuja sede estiver localizada fora do local de entrega da UASG GESTORA, será analisada também em conformidade com o número de itens presentes no Termo de Referência, a quantidade de agentes de contratação e suas agendas, o tempo demandado para a licitação, a necessidade de utilização do objeto licitado pela UASG GESTORA e a tramitação interna processual.

1.14.2 Os quantitativos que poderão ser aceitos serão fixados conforme o tipo e a quantidade da unidade de fornecimento dos itens (em se tratando de UASGS localizadas fora do local de entrega da UASG GESTORA). Prerrogativa esta, dada pelos incisos I e II do Artigo 7º Decreto 11462/2023:

*Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:*

*I - Realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;*

*II - Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:*

*a) os quantitativos considerados ínfimos;*

*b) a inclusão de novos itens; e*

*c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;*

1.14.3 Quanto à inclusão de novos itens por desdobramento, em caso de intenção de participação de UASGS fora da sede da entrega dos materiais da UASG GESTORA, em função da capacidade operacional da UASG, quanto a nº de pregoeiros e prazos de realização da licitação, por necessidade de demanda dos itens pelos setores requisitantes, os critérios de aceitação serão analisados quanto:

a) A precedência por data de solicitação da manifestação da UASG (a que se manifestar primeiro);

b) O limite total de 330 itens (já incluídos os itens desdobrados);

c) A quantidade a ser manifestada (será analisada a questão de quantitativos considerados ínfimos em relação ao quantitativo da UASG GESTORA).

1.14.4 As competências do órgão ou Entidade Participante em manifestar seu interesse em participar do registro de preços estão estabelecidas no art. 8º do Decreto nº 11462/2023.

1.15 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito

da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital, a Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 74/2023, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Conforme o disposto no Inciso IV, Parágrafo 1º do Artigo 18, combinado com o inciso III do Artigo 40 da Lei 14.133/2021, as justificativas das quantidades a serem adquiridas foram enviadas pelas unidades requisitantes e estão disponíveis no processo, por meio dos DOCUMENTOS DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA SEI 4191836 (CPCX), 4204792 (FAODO), 4210424 (DICE/PROECE), 4227789 (FAED), 4227789 (FAENG), 4243272 (FAMEZ), 4245132 (CPAR), 4245319 (CPCS), 4246282 (CPAQ), 424845 (FAMED), 4252843 (CPTL), 4252851 (INFI), 4259634 (INBIO), 4262286 (AGECOM), 4262910 (FACFAN), 4262910 (INQUI), 4277146 (AGECOM), 4279002 (AGETIC), 4412968 (PROGEP), 4414008 (CPNA), 4411027 (INISA). A consolidação das previsões internas elaboradas pelas unidades requisitantes da UFMS estão anexadas a este documento e no processo SEI 23104.020109/2023-03, SEI 4411836.

## 4. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - Art.6

### 4.1 Fazendo referência ao ETP DIGITAL 117/2023:

4.1.1 A UFMS é uma Instituição pública federal de educação superior, de qualidade, gratuita, financiada pelos cidadãos brasileiros, inclusiva e socialmente referenciada, que atua mediante processos integrados de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação; para gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano em um ambiente sustentável, e formar profissionais que atendam aos anseios da sociedade brasileira.

4.1.2 Dentro da área de ensino, em diversos setores da UFMS, diversas pesquisas estão sendo desenvolvidas atualmente, que requeremos mais variados tipos de materiais eletrônicos de consumo, para uso em pesquisas, aulas práticas, uso laboratorial, etc, e a previsão de demanda atual contempla esta necessidade. As especificações estão diretamente relacionadas à necessidade de aplicação e para obtenção de resultados satisfatórios no campo da pesquisa, como também nas áreas afins.

4.1.3 As unidades requisitantes informaram o enquadramento da demanda no PDI Institucional, conforme ETP DIGITAL 117/2023, documento SEI nº 4421908.

4.1.4 A referida demanda contempla as previsões para os setores da UFMS realizadas para o biênio 2023/2024 e estão no documento SEI 4411836. As especificações técnicas dos bens e a quantidade dos materiais solicitados foi calculada pelas unidades, com base no histórico de utilização dos mesmos, conforme consta dos documentos de formalização de demanda ELENCADOS NO ITEM 3.2 devidamente atestados pela Unidade Requisitante.

### 4.1.5 Segue abaixo as justificativas sobre a motivação da aquisição do objeto deste certame para cada unidade:

AGETIC: Conforme disposto no seguinte trecho do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 - 2024 da UFMS: "Promover, por meio da gestão dos cursos de graduação, a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço do processo sócio educacional dos cursos potencializando o aprendizado dos estudantes de forma efetiva." Constata-se que a solicitação dos recursos materiais previstos no DFD do setor requisitante está em plena consonância com o PDI da instituição de ensino anteriormente mencionada, uma vez que destinam-se a atender tanto às atividades administrativas quanto às operações de manutenção e auxiliar nos serviços prestados pela AGETIC.

CPNA: Os materiais foram previstos para fins de utilização em manutenções gerais da Unidade Setorial, que vão desde a substituição de pequenos componentes, até a utilização de tais itens como material de apoio. A utilização dos itens servirão para em equipamentos de multimídia/eletrônicos em atividades administrativas, aulas e eventos

FAMEZ: Os itens contidos nessa previsão são utilizados pelos laboratórios a fim de atender às demandas referentes ao ensino, pesquisa, extensão e atendimento no Hospital Veterinário. São itens básicos para funcionamento de equipamentos laboratoriais.

CPAR: Os materiais foram previstos para utilização nas manutenções gerais do Câmpus, nelas constam aparelhos para atendimento no ensino com as disciplinas da graduação e nos laboratórios do curso de Medicina Veterinária. Ressalta também a utilização dos componentes para atendimentos administrativos.

FAODO: Os materiais eletrônicos e eletrônicos previstos, tais como abraçadeiras, extensão elétrica, pilhas, interruptores tipo campainha são para atender tanto as atividades administrativas e de manutenção predial quanto clínicas, sendo utilizados,

portanto, em projetos de ensino, pesquisa e extensão, para o funcionamento de equipamentos, maquinários, ferramentas elétricas e acionamento de torneiras com os pés, atendendo às normas de biossegurança.

**DICE/PROECE:** a aquisição de materiais eletroeletrônicos se faz necessária para a realização das atividades culturais, esportivas e /ou de extensão que ocorrem, principalmente, nos diversos espaços físicos vinculados à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE) - Moreninho, Academia Escola, quadras esportivas etc. - e que muitas vezes utilizam aparelhos eletrônicos. Essas atividades são desenvolvidas em conjunto com as Secretarias vinculadas à DICE/PROECE.

**INQUI:** A aquisição dos materiais solicitados deverá atender os Laboratórios Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo estes materiais utilizados nas atividades práticas pedagógicas fundamentais para formação acadêmica dos alunos, que são atendidos nas diversas disciplinas ofertadas no instituto de química da UFMS. Tendo como objetivo desenvolver e socializar o conhecimento na formação dos acadêmicos.

**CPCS:** A aquisição de materiais de consumo de TICs solicitados visa melhorar os equipamentos de Informática do CPCS, essenciais para o funcionamento das soluções tecnológicas disponíveis para o trabalho administrativo e aulas.

**Progep:** Os materiais previstos são necessário para atender às necessidade de diversos setores da Progep, tendo em vista que há muitas secretarias, servidores e, conseqüentemente, equipamentos na unidade, o que demanda vários adaptadores de tomada e filtros de linha. As quantidades foram apuradas com base na solicitação das unidades.

**AGECOM:** As aquisições justificam-se para o regular funcionamento da unidade, visando o atendimento à comunidade nos eventos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, principalmente com relação às atividades administrativas que são suporte para a produção audiovisual da UFMS.

**INFI:** A previsão para aquisição de materiais eletroeletrônicos foram elaboradas para atender as demandas: administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e dos programas institucionais.

**INBIO:** A aquisição de produtos eletroeletrônicos visa atender às aulas práticas, pesquisa científica bem como as atividades administrativas desenvolvidas nos setores do INBIO. Dentre os materiais solicitados pelos setores constam: Abraçadeiras, adaptadores de tomada, arame, pilhas e baterias, extensão elétrica, cabos do tipo HDMI, filtro de linha, fita isolante, fusíveis entre outros. Os itens supracitados serão utilizados nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e demandas administrativas para: conectar cabos de energia com tomadas que sejam incompatíveis; armazenar ferramentas pequenas; conectar aparelhos eletrônicos (computadores, data show, monitores) em tomadas que encontram-se distantes; fita isolante para reparos elétricos; pilha para utilização em controles de ar condicionado e fechadura digital nos setores, bem como em outros aparelhos periféricos; abraçadeiras que são utilizadas na elaboração de armadilhas em atividades de coleta de dados em campo; fixação e dissecação de peças anatômicas; arame para produção de alças bacteriológicas e montagem de esqueletos da coleção didática zoológica e lâmpadas que serão utilizadas na experimentoteca de fotossíntese.

**FAMED:** A previsão para aquisição de materiais eletroeletrônicos foram elaboradas para atender as demandas: administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina.

**CPCX:** Os materiais elétricos e eletrônicos previstos, tais como abraçadeiras, extensão elétrica, pilhas, interruptores tipo campainha são para atender todos os espaços da Unidade CPCX, sendo utilizados, portanto, em projetos de ensino, pesquisa e extensão, para o bom funcionamento dos equipamentos elétricos eletrônicos.

**FACFAN:** A aquisição de Aquisição de material Eletroeletrônico tem por objetivo o atendimento da demanda de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos laboratórios da Unidade. As quantidades foram programadas para dois semestres para atendimentos dos laboratórios e setores administrativos.



**CPTL:** : Os materiais solicitados serão utilizados nas aulas experimentais de física do curso de Engenharia de Produção e em atividades de pesquisa do Laboratório de Física. Também atenderá atividades práticas desenvolvidas no Laboratório de Imunologia e Parasitologia, e também ao Laboratório de Semiologia e Semiotécnica, principalmente nas áreas de ensino, de forma a atender a grade curricular do projeto pedagógico dos cursos de Medicina, Ciências Biológicas e Enfermagem e também nas áreas de pesquisa e extensão dos respectivos cursos atendidos. Além disso, os materiais também serão utilizados para atendimento de atividades administrativas, manutenção de equipamentos eletrônicos, melhoria em Tecnologia da Informação e serviços digitais.

**FAENG:** As aquisições de produtos eletroeletrônicos são para atender na melhoria das condições dos Laboratórios da FAENG e no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**CPAQ:** As aquisições são justificadas pois orientam o funcionamento da unidade, tendo por objetivo atendimento à comunidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionando-se também às atividades administrativas que são desenvolvidas no Câmpus.

**Faed:** Previsão de materiais elétricos e eletrônicos para atendimento à Faculdade de Educação (Faed/RTR), que além de manter suas secretarias, coordenadorias e gabinete, possui uma sala de informática, dezenas de salas de professores equipadas com computadores pessoais (CPUs e monitores) tanto na própria sede da Faed como no Bloco 8, equipamentos eletrônicos e computadores nos laboratórios do curso de educação física, sedia evento anual, fazendo uso de salas avulsas e anfiteatro sob agendamento com atividades culturais, palestras e mesas de discussão compostas por convidados de todo o país, sem contar as salas de aula espalhadas pelo Bloco 8, PPGEduc e outros espaços avulsos agendados por todo o Câmpus de Campo Grande, nem sempre previamente equipadas com projetores de Data-Show, alto-falantes, microfones, etc., em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, o que demanda a utilização e troca constante de acessórios como os cabos de HDMI, extensões elétricas e filtros de linha solicitados.

4.1.6 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023], conforme detalhamento a seguir, conforme Inciso II, Parágrafo 1º do Artigo 18 da Lei 14.133/2021. Em se tratando de vários tipos de reagentes de mesma natureza, porém de classes diferentes, totalizando um grande volume de itens, a Instituição dividiu a contratação em 04 processos, sendo este a parte II. Informamos abaixo a localização conforme o PCA no PNCP:

1. ID PCA no PNCP: [15461510000133-0-000001/2023]
2. Data de publicação no PNCP: [19/05/2023]. Última atualização em 02/08/2023.
3. Id do item no PCA: [vários, conforme planilhas em anexo]
4. Classe/Grupo: [6810, 6508, 6550]
5. Identificador da Futura Contratação: [29/2022, 34/2022, 315/2023, 26/2022, 145/2023, 295/2023]
6. **DFDS IDENTIFICADORAS DAS CONTRATAÇÕES NO PCA:**
- 7.
- 8.

#### **AGETIC: DFD 886/2023 (Documento SEI 4279453)**

CPNA: DFD/PGC 1053/2023 (Documento SEI 4414277)

FAMEZ : DFD/PGC 148/2023 (Documento SEI 4265004)

CPAR: DFD/PGC 899/2023 (Documento SEI 4281638)

FAODO: DFD nº. 246/2022 (Documento SEI nº. 4272052)

DICE/PROECE: DFD nº 884/2023 (documento SEI nº 4270355)

INQUI: DFD nº 1054/2023 - SEI 4415040

PROGEP: DFD nº 888/2023 - Sei 4412950

AGECOM: DFD 1057/2023 e 173/2023

INFI: DFD's nº 546/2022 - 551/2022 - 235/2023 - 591/2023 - 655/2023 e 699/2023 (SEI nº 4282524 e 4282529)

**INBIO: DFD PCA (2023) Nº 563/2022 - SEI 4268194; DFD PCA (2024) Nº 98/2023, 527/2023 e 532/2023 - SEI 4432380**

CPCS: DFD/PGC 526/2023 (Documento SEI 4272375)

FAMED: DFD 895/2023 - SEI 4278837

CPCX: DFD nº 535/2023 Processo Sei 4268263

FACFAN: DFD Nº 949/2023 Documento SEI n.º: 4324137.

CPTL: DFD Nº108/2022 ( Documento SEI nº 4276939)

FAENG: DFD 113/2022 (SEI nº 4294645)

CPAQ: DFD 435/2023 (SEI 4274511)

Faed: DFD n.º 969/2023 (SEI n.º 4441157)

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP xx/2023, apêndice deste Termo de Referência: "As etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, bem como a obtenção de matérias-primas e insumos e o processo produtivo são inerentes aos fabricantes, pela própria natureza do produto (material eletro eletrônico- material de consumo), seu consumo é aplicado em diversas atividades, Laboratoriais, aulas práticas, pesquisas para atividades fins da UFMS, e a disposição final deverá estar conforme o Plano de Logística sustentável e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a seguir".

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 6.1 - SUSTENTABILIDADE

6.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

6.1.2 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial -OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 5ª EDIÇÃO.

Ex.: "No que couber, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, **instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.**"

6.1.3 "Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, **SEI 4421920 (SUB ITENS 5.1, 5.2 E 5.4)**, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

6.1.4 Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

6.1.5 Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013):

6.1.5.1 produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração; comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; produtos químicos e perigosos;

## 6.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não se aplica na presente contratação.

## 6.3 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

Não se aplica na presente contratação.

## 6.4 Da exigência de amostra

6.4.1 *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, quando e se for o caso poderá apresentar amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, bem como:*

I) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

II) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original;

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata (Inciso II, Artigo 18 Decreto 14.133/2023).

6.4.2 *A data, local e horário da apresentação da amostra será divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados. As amostras poderão ser entregues no endereço Diretoria de Gestão de Contratações – UFMS – Avenida Costa e Silva - prédio das Pró-Reitorias - UFMS, Campo Grande/MS - CEP 79090-900 no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS. No prazo limite de 07 (sete) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*

6.4.3 *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

6.4.4 A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.

6.4.5 *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

6.4.6 *Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: (a cargo da exigência da unidade técnica requisitante)*

6.4.7 *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

6.4.8 *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*

6.4.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.4.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.4.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

## 7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1 Não haverá exigência da garantia da execução da contratação do objeto, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar e abaixo descrita:

8.1.1 Aquisição de bens de pronta entrega conforme código de defesa do consumidor.

Obs: Artigo 96 da Lei 14.133/2021: Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 9.1 Condições de Entrega

9.1.1 O prazo máximo de entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias, em remessa (única) contados do recebimento da Confirmação de Compra e respectiva Nota de Empenho assinada pela UFMS, **tudo dentro do prazo de validade da ata de registro de preços. (Artigo 34 – Decreto 11462/2023).**

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o **caput** serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.1.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - SECRETARIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO - SEPAT/DISERV/PROADI – Av. Senador Filinto Miller, 1555 - CEP 79074-460 - Vila Ipiranga – UFMS Fone: 067 3345-3508 / 3518.

9.1.3 **Horário:** das 13h15min às 16h40min, em dia útil.

9.1.4 **Agendamento:** A entrega deverá ser agendada com antecedência de no mínimo 24h.

9.1.5 A entrega só será considerada agendada, após confirmação da SEPAT/DISERV

9.1.6 O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da notificação pela contratada.

9.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo total recomendado pelo fabricante.

9.3 Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer tipo de dano;

9.4 TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

9.5. A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

9.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato / nota de empenho, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.8. Recolhimento de material enviado em desconformidade: Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

9.9. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

9.10. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;

9.11. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.12. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato/empenho;

9.14. Recesso de Fim de Ano: Não haverá recebimento de material, na SEPAT/DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.

9.15. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

## 10. GARANTIA, MANUT E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 O prazo de garantia para materiais de consumo é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.2 Em caso de material permanente:

*10.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

*10.2.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

*10.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

10.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

10.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

## 11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**11.1 Para entregas imediatas e integrais dos bens adquiridos, o contrato será substituído por nota de empenho (Inciso II - Artigo 95 - Lei 14.133/2021)**

**11.2 Poderá ser utilizado o anexo à nota de empenho. Este documento também poderá complementar informações da nota de empenho e está anexo ao Edital.**

11.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

*11.7 Quando e ser for o caso, após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

11.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

11.11 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

11.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

11.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

11.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

11.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.16 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

11.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

11.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.19 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

11.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

11.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11.22 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

11.23 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

11.24 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 12.1 Recebimento do objeto

12.1.1 Não serão aceitos materiais com quantitativo em desacordo com o autorizado.

12.1.2 Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer outro tipo de dano;

12.1.3 A licitação é por itens e as Unidades requisitantes estão relacionadas nos subitens 4.1.5 e 4.1.6.

12.1.4 TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

12.1.5 A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

12.1.6 Os bens serão recebidos provisoriamente, **de forma sumária**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.8 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.1.9 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#) **(para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.**

12.1.10 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.12 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 12.2 Recolhimento de material enviado em desconformidade

12.2.1 Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

12.2.2 Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

**12.2.3 Recesso de Fim de Ano:** Não haverá recebimento de material, na SEPAT/DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.

12.2.4 No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

## 13. LIQUIDAÇÃO

13.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

13.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



13.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.3.1 o prazo de validade;

13.3.2 a data da emissão;

13.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

13.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

13.3.5 o valor a pagar; e

13.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 14. PRAZO DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (DEZ) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

14.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação **do índice de correção monetária a seguir explicitado: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:**

**EM = I x N x VP, sendo:**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

<b>I = (TX)</b>	<b>I = (6/100)/365</b>	<b>I = 0,00016438</b>
		<b>TX = Percentual da taxa anual = 6%</b>

### 14.3 Forma de pagamento

14.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.1.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.1.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 15. CESSÃO DE CREDITO (EM CASO DE CONTRATO)

15.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico. **(EM CASO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

15.2 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

15.3 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

15.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

15.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

15.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 16. FORMA, CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 16.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por itens.

### 16.2 Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 16.2.1 Habilitação jurídica - CONFORME A PESSOA JURÍDICA / FÍSICA - NO QUE SE APLICAR

**16.2.1.1 Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**16.2.1.2 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**16.2.1.3 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**16.2.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.2.1.5 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**16.2.1.6 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.2.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**16.2.1.8 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971 e os seguintes documentos:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.2.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 16.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 16.4 Qualificação Econômico-Financeira

16.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

16.4.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

16.4.2.1 Caso não conste na certidão negativa de falência a data ou prazo de validade, somente serão aceitas certidões expedidas há menos de 01 (um) ano anterior à data de apresentação.

16.4.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$I - \text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

16.4.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **[patrimônio líquido mínimo] de 5% [cinco por cento] do [valor total estimado da contratação]**

16.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

16.4.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

**16.4.7 No caso de fornecimento de materiais de entrega imediata, dos quais não resultem obrigações futuras, não será exigido dos licitantes a comprovação dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) e nem a apresentação de balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais.**

*NOTA EXPLICATIVA UFMS: A inclusão do item 16.4.7 se baseia no inciso III do art. 70º da Lei 14.133/2021, que traz a seguinte redação: "Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*

*III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)".*

*Conforme o inciso X do art. 6º da referida Lei, define-se compra como a "aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento".*

*Desta forma, considerando o histórico de pregões realizados pela UFMS para fornecimento de materiais, com ampla diversidade de itens e de fornecedores, sendo que na maior parte de tais itens a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, optou-se por dispensar a apresentação de índices econômicos e balanços para este tipo de aquisição, também considerando o que consta no art. 3º do Decreto nº 8.535 de 6 de outubro de 2015, a saber:*

*"Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social".*

## 16.5 Qualificação técnica

16.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

~~16.5.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

16.5.3 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, **quando for o caso.**

~~16.5.4 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~16.5.5 Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.~~

*Nota Explicativa UFMS: Sobre a qualificação técnica, quando se tratar de pregão para aquisição de materiais de entrega imediata, sugerimos a taxação dos itens 16.5.2, 16.5.4 e 16.5.5. Considerando a diversidade de itens que são adquiridos via Sistema de Registro de Preços, com inúmeros quantitativos diferentes, entendemos que o atestado de fornecimento de objeto similar ou superior, sem a exigência de quantitativos mínimos, já supre a necessidade de verificar a capacidade operacional da empresa.*

*Cabe destacar que tal entendimento não deve ser aplicado quando a aquisição envolva produtos instalados ou de maior complexidade de fornecimento, cabendo analisar, nesses casos, a complexidade e a adequação da exigência de acordo com o objeto e com os requisitos apresentados no Estudo Técnico Preliminar da contratação.*

*A não exigência de quantitativos mínimos para qualificação técnica no fornecimento de materiais de entrega imediata é justificada na leitura do art. 70, inciso III, da Lei 14.133/2021:*

*"Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser: ...*

*III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)".*

16.5.6 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1. 16.5.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.5.7 Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais na categoria enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, **SEI 4421920 (SUB ITENS 5.1, 5.2 E 5.4)**: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, e legislação correlata.

16.5.8 Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

## 17. SANÇÕES

Comete infração administrativa nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, a contratada que, na fase de execução contratual:

17.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

17.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, conforme Artigo 156, seguintes sanções:

I – Advertência: será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II – Multa: Será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14133/2021;

III - Impedimento de licitar e contratar: será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6 e 17.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: Esta sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.8, 17.9, 17.10, 17.11 e 17.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6 e 17.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III (impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.14 Conforme o § 1º do artigo 156 da Lei 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.15 A sanção estabelecida no inciso IV do item 17.13 (DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR) será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:



I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de **competência exclusiva da autoridade máxima da entidade**;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

17.16 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do sub item 17.13 poderão ser aplicadas cumulativamente com sanção a prevista no inciso II deste mesmo sub item.

17.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.18 A aplicação das sanções previstas no item 17.13 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.19 Conforme o Art. 157 da Lei 14.133/2021, na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 17.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.20 Conforme o Art. 158 da Lei 14.133/2021, a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 17.13 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.20.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.20.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.21 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

17.22 Conforme o Artigo 159 da Lei 14133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.



17.23 Conforme o Art. 160 da Lei 14.133/2021, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.24 Conforme o Art. 161 da Lei 14.133/2021, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

17.24.1 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **item 17.13 deste Termo de Referência**, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

17.25 De acordo com o Art. 162 da Lei 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.25.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

17.26 Conforme o Artigo 163 da Lei 14.133/2021, é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.26.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos 17.8 e 17.12 deste Termo de Referência, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 - O custo estimado total da contratação é de **R\$ 119.741,47 (cento e dezenove mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha do sub item 1.1.

18.2 A metodologia que descreve a composição de custos, através de pesquisa de preços está relatada no documento **SEI 4419700**

## 19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil - neste caso, a nota de empenho. (Artigo 17 – Decreto 11462/2023).

## 20. REAJUSTE DE PREÇOS

### DO REAJUSTE (Artigo 92, VI)

**20.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **19/10/2023**.

20.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado[A1], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (*Índice Nacional de Preços ao consumidor amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

20.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

---

## **21. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

21.1 Não haverá a necessidade de classificar o TR nos termos da Lei n. 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), conforme previsão do artigo 10 da Instrução Normativa nº 81, de 2022, pois se trata de aquisição de bens comuns, não sigilosos.

Este termo foi elaborado conforme a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria - Geral da União. Atualização: dezembro de 2022 - Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico - Aprovado pela Secretaria de Gestão. Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022).

## 22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: AGETIC

**YUNI MIKA MAEDA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:22:11.*

Despacho: CPNA - IS Proadi nº 323/2020

**VANILTON DA SILVA OLIVEIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 16:50:37.*

Despacho: FAMEZ - 2041992

**RICARDO DE PADUA LEITE**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:15:44.*

Despacho: CPAR

**HIRAN APARECIDO DA SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 14/11/2023 às 14:04:27.*

Despacho: FAODO

**MARLOS DA SILVA PEREIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:06:54.*

Despacho: DICE/PROECE

**JOAO BATISTA DE SANTANA**

Diretor DICE/PROECE



*Assinou eletronicamente em 14/11/2023 às 16:35:47.*

Despacho: SECAD/INQUI

**ADEMAR ALVES FERREIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 18:08:26.*

Despacho: PROGEP

**GIOVANNA ESPINDOLA MELGAREJO**

Equipe de apoio

Despacho: AGECOM

**DAILA RANIELLY NUNES LIMA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:45:03.*

Despacho: INFI

**DOUGLAS DOS SANTOS COSTA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 14/11/2023 às 08:26:29.*

Despacho: INBIO

**FERNANDA TIMOTEO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:07:46.*

Despacho: CPCS

**ROSILENE ESTEVAO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 17:10:53.*

Despacho: COAD/FAMED

**JOSE AGOSTINHO DA SILVA FILHO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 14/11/2023 às 08:42:18.*

Despacho: CPCX

**FLAVIO CELESTINO DE OLIVEIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:06:39.*

Despacho: FACFAN

**ELAINE RODRIGUES DO PRADO IUDESNEIDER**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 16/11/2023 às 11:04:45.*

Despacho: CPTL

**MURILO DA SILVA LIMA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 16:31:53.*

Despacho: FAENG

**EVERTON SHINZATO HOKAMA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:20:49.*

Despacho: CPAQ

**CICERO ALEX LAMB**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 16/11/2023 às 10:03:02.*

Despacho: FAED

**RENATO AZAMBUJA FONSECA**

Assistente em Administração



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:32:26.*

Despacho: FAED

**EDVAIR ALVES FERREIRA**

Assistente em Administração



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:34:32.*

Despacho: DICONT/PROADI

**MARCIO DE AQUINO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 14/11/2023 às 16:26:27.*

Despacho: SERPRE/DICONT/PROADI



**KARINA ELIZABETH QUEIROZ MARQUES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 13/11/2023 às 15:10:13.*

Despacho: SERPRE/DICONT/PROADI

**SILVIA REGINA NASCIMENTO RIBEIRO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 14/11/2023 às 15:26:02.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1. DFDs.zip (1.99 MB)
- Anexo II - 1. DFD - PGC.zip (2.09 MB)
- Anexo III - Mapa comparativo - eletro.xlsx (39.1 KB)
- Anexo IV - Previs o Total 28 - 2023.xls (330.0 KB)
- Anexo V - Itens do Processo com valores.xlsx (69.0 KB)
- Anexo VI - ETP117\_2023.pdf (354.01 KB)